

# *O governo aceita ampliar o limite para restituir IR*

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

O governo decidiu, ontem, abrir negociação no Congresso para a aprovação do pacote fiscal, aceitando aumentar de dez para 13 ORTN o limite máximo para devoluções previstas para até 120 dias após as declarações de 1986 (ano-base de 85), o que atingirá 77% do total de contribuintes com direito a restituição. A informação é do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, que foi autorizado pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, a comunicar aos demais líderes da Aliança sua disposição de negociar com o objetivo de viabilizar a aprovação do pacote.

Carlos Chiarelli disse ter conversado com Dílson Funaro sobre a possibilidade de aumentar aquele limite para 20 ORTN, o que praticamente retiraria toda a classe média da devolução parcelada do Imposto de Renda. O ministro, contudo, alegou dificuldades de caixa do Tesouro Nacional, mas autorizou negociar até 13 ORTN.

Dílson Funaro aceitou, ainda, de acordo com Carlos Chiarelli, aumentar a abrangência social do pacote, com a inclusão do direito à semestralidade para o reajuste dos funcionários públicos e a concessão de reajuste integral — 100% do INPC — para os salários das demais categorias.

O líder do PFL disse que o ministro da Fazenda está ciente da "inquietação" gerada nos meios políticos com o grande contingente da classe média incluída na segunda faixa do pacote, que só reberia até dez ORTN das devoluções em 86 e o restante em 1987. "Funaro mostrou-se flexível e disposto a aceitar alternativas do Congresso" — salientou Chiarelli.

Carlos Chiarelli negou que o governo esteja cogitando usar o recurso do decreto-lei, na hipótese de o pacote não ser votado no Congresso até o recesso parlamentar. "Não tenho nenhuma informação sobre isto. Até agora, a orientação é no sentido de que a matéria seja examinada e votada no Congresso."